

A VISÃO DA OCDE SOBRE AS REFORMAS CURRICULARES DO BRASIL: a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio

Jhonatan Almada

Doutorando em Educação

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-Unesp/Marília

jhonatan.almada@unesp.br

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a visão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE sobre as reformas curriculares empreendidas pelo Brasil a partir do documento “Education Policy Outlook in Brazil with a focus on national and subnational policies” (OECD, 2021).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que dialoga com os autores do campo da política educacional e do currículo, considerando que com Sacristán (2000) entendemos que a política curricular é parte específica da política educacional, bem como, atentamos para a crescente influência de organizações internacionais na definição das políticas educacionais (Dale, 2004).

A OCDE foi criada em 1960 e se define como organização internacional de governos que trabalham para intercambiar evidências e experiências. Exerce influência em governação por mecanismos e procedimentos internos e externos e pela produção de publicações e ferramentas sofisticadas (Martens et al, 2004).

Se pensarmos com Forquin (1993), aquilo que a OCDE explicita para a educação e sobre como devem ser as políticas educacionais representa a acentuação de um caráter universalista da educação em detrimento das características e necessidades culturais de cada contexto local.

Este resumo ampliado foi organizado em três seções, a presente Introdução, a descrição e a análise do documento da OCDE e a conclusão.

2. O DOCUMENTO DA OCDE

O texto do documento está organizado em onze partes: resumo; equidade e qualidade; preparação dos estudantes para o futuro; melhoria escolar; avaliação; governança; financiamento; anexo A; anexo B; referências e observações.

Embora seja texto sobre política educacional em que se agradece ao Governo Federal e ao Ministério da Educação-MEC pelas contribuições e colaboração, o financiamento da sua produção, inclusive a tradução do inglês para o português, foi feito pela Itaú Social, uma das entidades do Todos pela Educação.

Há imbricamento entre a OCDE e esses interesses privados que promovem reformas educativas e buscam vincular fortemente educação e mercado de trabalho, como registra Araújo e Lopes (2023) no caso construção da Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

2.1 BNCC

Entendo que a BNCC é o que Sacristán (2000) denomina de currículo prescrito, pois se constitui como orientações para o sistema educativo sobre aquilo que “deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória” (Sacristán, 2000, p. 104).

É na parte denominada Governança que a BNCC ganha seção própria como destaque 4. A reforma curricular da BNCC é vista como um processo ambicioso e é descrita como “referência base para coerência educacional e colaboração dentro de um sistema descentralizado” (OECD, 2021a, p. 35).

O documento segue descrevendo todo o processo de construção e implementação da BNCC, bem como, aquilo que chama de progressos importantes como o Programa de Apoio à Implementação da BNCC criado pelo MEC, o fato de que todos os estados e 81% dos municípios já tinham feito o alinhamento curricular da educação infantil e do ensino fundamental, sendo que o do ensino médio se encontrava em andamento.

A OCDE aponta os próximos passos, quais sejam, a atualização das avaliações nacionais para garantir o alinhamento como prioridade imediata, bem como, tornar a BNCC referência dos processos de recuperação da aprendizagem no pós-pandemia. O

que é justificado com base nas evidências internacionais que “indicam o impacto positivo que isso pode ter para a implementação bem-sucedida do currículo, inclusive para aumentar a confiança dos professores para a aplicação dos novos currículos” (OECD, 2021, p. 35).

A preocupação com a avaliação é um elemento das tecnologias de políticas que são emanadas pela OCDE em relação à educação. Ball (2001) as identifica como formas de mercado, gestão e performatividade, expressando “a implementação calculada de técnicas e artefatos para organizar as forças e capacidades humanas em redes funcionais de poder” (Ball, 2001, p. 105).

A BNCC é entendida, portanto, como medida necessária para garantir certa padronização e parametrização ao sistema educativo brasileiro que é descentralizado (Estados, Municípios e União) e demanda coordenação federal para sua implementação. Assim sendo, avancemos para a parte do documento dedicada ao Novo Ensino Médio-NEM.

2.2. Novo Ensino Médio

O NEM é situado como destaque 2 no âmbito do item preparação dos estudantes para o futuro. É descrito como reforma para melhorar a qualidade do ensino e aumentar o envolvimento dos alunos.

A reforma é caracterizada como mudança para a flexibilidade curricular e a relevância futura. O NEM promove percursos de aprendizagem flexíveis com a redução do número de componentes obrigatórios de 13 para 3 (português, matemática e inglês), a possibilidade de cursar até 20% (vinte por cento) *on line* e escolher entre cinco diferentes percursos (línguas, matemática, ciências naturais, ciências humanas e sociais aplicadas, educação profissional e técnica).

A relevância futura está ligada ao “desenvolvimento de habilidade transversais para criar uma base para o emprego e oferecer orientação educacional e profissional” (OECD, 2021, p. 20). Em síntese é a ênfase na preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho por meio da educação profissionalizante.

O documento apresenta críticas como desafios a serem enfrentados, a exemplo da interdependência entre BNCC e NEM, bem como, a lenta adaptação curricular do ensino

médio à BNCC tem complicado ou impedido a implementação do NEM, bem como, a ausência de monitoramento e avaliação dos estados no que tange a implementação.

Há apelo do documento às tecnologias de políticas já apontadas por Ball (2001) para que a implementação do NEM seja efetivada. O apelo se dirige ao monitoramento e avaliação, reforçando os vínculos entre a reforma curricular e a necessidade de métricas que possam subsidiar a ação e a consistência da política educacional.

3. CONCLUSÃO

A definição das políticas educacionais nacionais a partir da década de 1990 experimenta maior influência de organizações internacionais, destacando-se a OCDE, cuja influência se estende para além dos seus países-membros, sobretudo pelo alcance do seu Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA na sigla em inglês) como avaliação de larga escala.

Nesse sentido, o currículo é um dos elementos da política educacional que se torna objeto de interesse. Isso é feito para adequar o currículo ao que a OCDE entende ser as tendências internacionais bem-sucedidas, as quais correspondem ao estreitamento dos vínculos entre educação, trabalho, economia e competitividade.

A complexidade do sistema educacional e da implementação das políticas educacionais, tal qual leito de Procusto é mutilada para caber na concepção delineada pela OCDE e suas tecnologias de políticas.

Concluo afirmando que há um imbricamento entre o financiador, o conteúdo produzido pela OCDE e os atores privados para a bricolagem da política educacional. Há circularidade de validação do conhecimento e da ação das reformas curriculares implementadas pelo Brasil que congrega os interesses privados e essa organização internacional, os quais convergem na análise e definição do que deve ser a política educacional e de como deve ser a política curricular.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Hellen G., & LOPES, Alice C. (2023). Redes políticas na educação brasileira: O caso da Base Nacional Comum Curricular. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 31, 2023.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez 2001.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma ‘cultura mundial comum’ ou localizando uma ‘agenda globalmente estruturada para a educação’?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MARTENS, Kerstin et al. **Comparing governance of international organisations**: the EU, the OECD and educational policy. Bremen, Universität Bremen, Collaborative Research Center 597 - Transformations of the State, 2004 [TranState Working Papers No. 7]. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/28257/1/497810247.PDF>. Acesso em 30 jan. 2024.

OECD-Organization for Economic Co-operation and Development. **Education Policy Outlook: Brasil – com foco em políticas nacionais e subnacionais**. Paris: OECD, 2021. Disponível em <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-PT.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2000.